

UM MITO DE DESRE-TERRITORIALIZAÇÃO

A myth of De-reterritorialization

LUNARDI, J.

Recebimento: 26/10/2009 – Aceite: 02/12/2010

RESUMO: O objetivo deste trabalho é tematizar o mito da desre-territorialização, levando em conta vários aspectos e enfatizando a conquista do Centro-Oeste brasileiro, realizada pelos gaúchos (sulinos). O estudo utiliza, empiricamente, uma pesquisa sobre as transformações das significações territoriais, oportunizando a apreensão das formas concretas e simbólicas de apropriação e reapropriação dos espaços e territórios pelos grupos e indivíduos, identidades formadas a partir da experiência da diáspora, tomando por base o caso específico de gaúchos que migraram do Estado do Rio Grande do Sul em direção ao Centro-Oeste, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Sua questão central focaliza o papel do gauchismo como um substrato para a construção de uma identidade gaúcha. Busca-se, assim, trazer contribuições para os estudos de territorialização na região Centro-Oeste do Brasil e o processo de desterritorialização no Rio Grande do Sul, evidenciando como são a busca e continuação de raízes, laços simbólicos relacionados e processos organizacionais que advêm de uma construção dessa história.

Palavras-chave: Centro-Oeste. Desterritorialização. Desre-territorialização. Gaúchos. Reterritorialização.

ABSTRACT: The objective of this work is to focus on the myth of de/reterritorialization taking into account several aspects and emphasizing the conquest of the Brazilian Midwest, obtained by *gauchos* (southerner). The study uses, empirically, a research about the transformations of the landed significances, allowing the apprehension in the concrete and symbolic ways of appropriation and reappropriation of the spaces and territories by the groups and individuals, identities formed from the experience of the dispersion, taking as granted the specific case of *gauchos* that migrated from the state of Rio Grande do Sul towards the Midwest, in search of better life conditions and work. Its central issue focuses on the role of *gauchismo* as a substratum for the construction of a *gaucho* identity. Thus, it aims to bring contributions for the territoriality studies in the Brazilian Midwest, and the de-territorialization process in

Rio Grande do Sul, evidencing how it the search and continuation of roots, related symbolic bows and organizational processes of a construction of this history are.

Keywords: Midwest. Deterritorialization. De-reterritorialization. *Gauchos*. Reterritorialization.

Introdução

O princípio da migração gaúcha deu-se, no final do século XVIII, no momento em que mais cidades passaram a ser fundadas no Estado do Mato Grosso. Esta chegada de gaúchos ocorreu de maneira constante, durante o século XIX e início do século XX. Na década de 1970, no entanto, uma segunda onda de migrantes gaúchos estabeleceu-se em Mato Grosso do Sul. Seguindo padrões de colonização, os gaúchos procuravam se dedicar à cultura mecanizada da soja na Região Centro-Sul do Estado. A migração, na maioria dos casos, coincidiu com um processo de construção e modificação do espaço. Nesse contexto, a Marcha para o Oeste é um termo criado pelo Governo de Getulio Vargas, para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste, organizando um plano para que as pessoas migrassem para o Centro do Brasil, onde havia muitas terras ociosas. A ideologia da “Marcha para o Oeste”, proposta pelo Governo Vargas, era formada por um conjunto de ações governamentais bastante variadas, desde a implantação de colônias agrícolas, passando pela abertura de novas estradas, até obras de saneamento rural e de construção de hospitais. Essa política nacionalista/expansionista buscava a integração nacional concomitantemente à organização dos territórios, garantindo, dessa forma, além da segurança e da efetiva posse, também a exploração de imensas regiões fronteiriças, praticamente inabitadas, em prol da organização administrativa, do desenvolvimento socioeconômico e da ocupação de espaços,

até então considerados vazios, do ponto de vista demográfico (Lopes, 2002 p.21).

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o Centro-Oeste é umas das cinco grandes regiões em que é dividido o Brasil. A Região Centro-Oeste é dividida em quatro Estados da União Federativa do Brasil: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, onde se localiza a Capital Federal. Com uma área de 1.606.371,505 km², a Região Centro-Oeste é um grande território, sendo a segunda maior região do Brasil em superfície territorial, embora, por outro lado, seja segunda Região menos populosa do País, possuindo a segunda menor densidade populacional, perdendo apenas para a Região Norte. Por abrigar uma quantidade menor de habitantes, apresenta poucas concentrações urbanas e grandes vazios populacionais.

As referências ao estudo do território e dos processos de desterritorialização e reterritorialização remetem a campos diversificados como a Geografia Humana, a Psicologia, a Psicanálise, a Sociologia e as Teorias de organizações. A base, no entanto, encontram-se na dimensão humana em relação à construção no espaço social. Segundo Durkheim (1983 p.4), a articulação original de espaço social é encontrada como parte de suas formulações a respeito da diferenciação social. O território enche o espaço com conteúdos particulares, relacionados a construções históricas.

Com a constante saída de gaúchos do Sul do Brasil e sua partida para outros Estados, entram em destaque os mitos da DESTERRITORIALIZAÇÃO e RETERRITORIALIZAÇÃO.

Entende-se por reterritorialização como o movimento de construção do território. Assim como a territorialização pode ser construída no movimento, a desterritorialização também pode ocorrer através da “imobilização”, pelo simples fato de que os “limites” do nosso território podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, podem estar sob o controle ou o comando de outros (HAESBAERT, 2004 p.20).

Deleuze e Guattari (1972, p.34) vão dar ênfase a esse processo de desterritorialização porque é assim que eles entendem a criação do Estado e a dinâmica do Capitalismo. Eles afirmam que o Estado e o Capital vão operar por desterritorialização.

A terra é a superfície na qual todo o processo da produção se inscreve, onde os objetos, os meios e as forças de trabalho se registram, e os agentes e produtos se distribuem. Ela é objeto do desejo

A desterritorialização é uma espécie de “mito” incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Assim, afirmamos que, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”. (HAESBAERT, 1995 p 45).

É necessário reconhecer a grande importância de Guies Deleuze e Félix Guattari para a Geografia, principalmente através do conceito de desterritorialização. Foram eles que inventaram a palavra que, segundo eles, é “bárbara”:

[...] construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e

não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (GILLES DELEUZE, em entrevista em vídeo 1988).

Ao tratar desterritorialização, vulgarmente se denomina “o fim dos territórios” e/ou, mais amplamente, o enfraquecimento da dimensão espacial na vida social. O território pode desterritorializar-se isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e destruir-se. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas máqunicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. Simplificadamente, pode-se afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território.

Deleuze e Guattari relacionam dois tipos de desterritorialização: a **desterritorialização relativa** e a **desterritorialização absoluta**:

- **Desterritorialização relativa** diz respeito ao próprio socius. Essa desterritorialização é o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização. Desterritorialização relativa adquire maior vinculação com as preocupações do geógrafo. Destaca-se a desterritorialização relativa pela importância dos vínculos que ela permite fazer com a abordagem geográfica.

- **Desterritorialização absoluta** refere-se ao pensamento, à criação. Para Deleuze e Guattari, o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isso quer dizer que o pensamento só é possível na criação. E para se criar algo novo, é necessário romper com o território existente. É importante esclarecer o que se

entende por “**absoluto**”. O absoluto nada exprime de transcendente, nem mesmo exprime uma quantidade que ultrapassaria qualquer quantidade dada (relativa). Exprime apenas um tipo de movimento que se distingue qualitativamente do movimento relativo. O termo **absoluto**, portanto, é um atributo que vai diferenciar a natureza desse tipo de desterritorialização; ele não marca uma superioridade ou uma dependência da desterritorialização relativa, em relação à absoluta; ao contrário, os dois movimentos perpassam um ao outro. Em regra geral, as desterritorializações **relativas** se reterritorializam sobre uma desterritorialização **absoluta**. No entanto, não se pode esquecer do primeiro teorema da desterritorialização: nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois e, principalmente, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização.

Para Saquet:

“a desterritorialização e a reterritorialização são contraditórias, mas complementam-se coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e movidas pela relação em ambos os processos. A desterritorialização num lugar significa reterritorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território. Portanto, a desterritorialização implica reterritorialização na mobilidade da força de trabalho em outro território através de processos econômicos, políticos e culturais que se processam através das redes de relações entre os migrantes e não-migrantes no território de destino e entre migrantes e não-migrantes do território de origem. O migrante efetiva relações com as pessoas conhecidas que ficaram no território de origem e com outras conhecidas na reterritorialização” (2003 p.24).

Na interpretação de Côrrea:

a “desterritorialização” tem o sentido de perda de território apropriado e vivido em decorrência de diferentes processos originados de contradições capazes de desfazerem territórios; ao passo que reterritorialização refere-se à criação de novos territórios, seja por meio de reconstrução parcial, “in situ”, de velhos territórios, seja através da recriação parcial, em outro lugar, de um novo território, que contém características do antigo. (1994 p.4).

Desterritorialização e reterritorialização são processos indissociáveis que ocorrem, geralmente, em escalas distintas.

Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, tem-se também um movimento de reterritorialização.

A reterritorialização é formada em escalas à margem da escala da territorialização hegemônica, comportando geralmente delimitações mais bem definidas. Um ator ou grupo quando desterritorializa outro, usando para tanto certas estratégias, imprime comitadamente uma reterritorialização para si mesmo, enquanto que o outro perfaz, também, uma reterritorialização em outra escala de atuação, redefinindo parcelas de suas práticas sociais (HAESBAERT, 2004 p.12).

A reterritorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais. Isso aconteceu, no final na década de 70, quando os gaúchos (sulinos) tentavam, objetiva e subjetivamente, reproduzir aspectos da forma de vida que tinham em seu local de origem. Pode-se destacar o chimarrão, CTG, músicas gauchescas, um universo gauchista. O termo gauchismo refere-se à maneira como se aprende a ser gaúcho, as mais diversas formas de se dizer o

gaúcho e como ele é representado, tomando-se como base os discursos do gauchismo, os quais atrelam o gaúcho à sua figura mítica, máscula, associada à paisagem rural, ao cavalo, ao chimarrão e às suas práticas em Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), festas, concursos, comemorações, música, culinária, indumentária, tudo o que atrela a identidade gaúcha aos elementos e aos sistemas simbólicos do gauchismo e do tradicionalismo. Ser gaúcho, fora do Rio Grande do Sul, parece ser conservar e/ou passar a dar importância a hábitos e a comportamentos que, ou não tinham tanta relevância no Estado de origem, ou simplesmente não eram considerados para a constituição identitária das pessoas envolvidas.

O gauchismo também circula nas Escolas e Universidades de maneira mais sutil – porém não menos importante, seja através da presença do chimarrão em sala de aula, seja mesclando-se com manifestações culturais de outros grupos.

Começo da desterritorialização no Rio Grande do Sul

O fenômeno de esgotamento das fronteiras e da proliferação das unidades familiares do Rio Grande do Sul desencadeou um processo de desterritorialização, que impulsionou o deslocamento de contingentes populacionais em busca de áreas onde pudessem, de forma semelhante, reproduzir seu modo de vida. Dessa forma, o território foi usado como um recurso para garantir os interesses particulares dos migrantes. Para esses atores homogeneizados, ele constitui-se em um abrigo onde buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico novo, criando estratégias que asseguram sua sobrevivência nos lugares.

Por volta de 1930, iniciaram-se dois movimentos distintos no Rio Grande do Sul: de

um lado, um intenso processo de minifundiização decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar; de outro, a ampliação de grandes propriedades dedicadas à pecuária. Tais desdobramentos geraram um excedente populacional rural que se deslocou em busca de novas oportunidades de inserção econômica e social (RIPPEL, 2005 p.12).

Dessa forma, a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste foi favorecida pela proliferação das unidades familiares no Sul e, conseqüentemente, pela pressão demográfica exercida sobre os minifúndios, incapazes de se manterem em uma economia em mutação, voltada não mais para a subsistência, mas para o abastecimento do mercado interno. Além disso, as características geográficas, as condições climáticas, a fertilidade do solo, a vastidão das fronteiras e as belezas naturais aumentaram a confiabilidade no empreendimento colonizador nas terras da Região Centro-Oeste. Outro fator que determinou a desterritorialização gaúcha foi o econômico. Os novos agricultores, conhecidos como “gaúchos” (oriundos do Estado do Rio Grande do Sul,) também descobriram o uso lucrativo da água superficial e subterrânea nas lavouras anuais e permanentes. Esta foi rapidamente adaptada na Região e ocupada por culturas anuais, principalmente pela cultura da soja. Tal exploração foi apenas visando ao lucro, sem a preocupação com as questões ambientais e sociais. Desse modo, desenvolveu-se uma agricultura comercial, altamente capitalista e mecanizada. Na sua maioria, desenvolvida por sulistas, motivada por políticas públicas de incentivo para aquisição de terras, juros baixos, cultivos apropriados e também pelas condições fundiárias na Região Sul.

O grande fluxo da migração gaúcha em direção ao Mato Grosso representa, de certa forma, uma continuidade do processo de colonização agrícola em áreas

de mata, que se iniciou com a expansão dos núcleos coloniais de imigrantes europeus do Sul do Brasil. A densidade migratória para Mato Grosso se deu durante os anos de 1950 e 1960, dada a atração pelo cultivo de arroz sequeiro, tido como cultura desbravadora, que, na década de 1970, foi substituído pela soja, que encontrou estímulos especiais na política agrícola oficial e na valorização do produto no mercado internacional. A estes fatores, pode ser associado o pioneirismo e a tradição dos colonos do Sul na cultura da soja (HAESBAERT, 1997 p.12).

Início da reterritorialização no Centro-Oeste

O incremento populacional do Centro-Oeste começou com fluxos migratórios mais intensos a partir de 1930, sendo que a maioria dos colonos que migraram para a região era camponesa em via de capitalização nas antigas colônias do Rio Grande do Sul, ressaltando que as migrações não têm sempre uma relação direta com pobreza, falta de terras e de alimentos, têm a ver também com perspectivas de capitalização e de adoção de tecnologia e de agricultura empresarial. Muitos colonos venderam suas terras nas colônias mais desenvolvidas para poderem ampliar a área de suas terras nas fronteiras agrícolas onde os preços mais baixos motivavam a aplicação do capital (GREGORY, 2002 p.4).

Entre os sulistas, a maioria eram pequenos proprietários de terra, que buscavam aumentar suas áreas e seu capital, fazendo parte da frente econômica que insere a Região num contexto produtivo nacional. Esses migrantes do Rio Grande do Sul dirigiram-se para o Centro-Oeste com o intuito de expandir a agricultura e pecuária comercial; assim fazendo uma marcha de territorialização.

Nessa marcha para o Centro-Oeste, os gaúchos levaram consigo a cultura junto à sua bagagem, movimento no qual ocorrem, simultaneamente, processos de enraizamento e fluidez, materialidade e imaterialidade.

Uma marca muito forte encontrada é justamente a que atrela a identidade gaúcha aos elementos e aos sistemas simbólicos do gauchismo e do tradicionalismo. Essa ligação com a origem é chamada de topofilia que, nesse caso, ocorre após a reterritorialização gaúcha.

Ser gaúcho fora do Rio Grande do Sul parece se conservar ou passar a dar importância a hábitos e a comportamentos que, ou não tinham tanta relevância no Estado de origem, ou simplesmente não eram considerados para a constituição identitária das pessoas envolvidas. Tais hábitos geralmente fazem parte do universo do gauchismo, como frequentar Centros de Tradições Gaúchas (CTG), participar de grupos de danças tradicionalistas, ouvir música gauchesca, etc.

Outro caso de topofilia, ligado à reterritorialização, é um projeto de lei que prevê que a comunidade gaúcha, que mora no Estado do Mato Grosso do Sul, pode comemorar suas origens, mesmo estando a mais de dois mil km da sua terra natal (o Estado do Rio Grande do Sul). Esse projeto de lei, de autoria do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Sérgio Ricardo (PR) - institui “a “Semana Farroupilha” no calendário oficial de Mato Grosso: de 16 a 22 de setembro.

O gauchismo, além de estar presente e visível no cotidiano das pessoas, nos eventos e comemorações, também circula nas Escolas das referidas cidades. É considerado como fundamental o papel que as escolas exercem no desenvolvimento das identidades, e na constituição de uma identidade regional gaúcha. Além de tomar o currículo escolar como um espaço de circulação de narrativas, as quais produzem subjetividades e constroem

identidades é considerável também a função exercida por todos os rituais e festas presentes no cotidiano escolar, entendendo-os como mecanismos de produção de sentidos identitários. Vários estudos, em diversos espaços, já assinalaram a importância das festas e das comemorações no ambiente escolar.

Considerações finais

Diante do exposto, entende-se que o migrante gaúcho, ao retirar-se de seu território de origem, passa pelo processo de des-territorialização em que ocorre, ao mesmo tempo, uma ligação afetiva ao seu passado junto a uma necessidade de recriação de sua cultura, para um elo que qualquer pessoa, ao passar pelo local, percebe, afinidade, vista como uma topofilia. É uma reverência às raízes, aos costumes e a continuação da tradição que passará por gerações.

Haesbaert (1995 e 2004) diz que:

[...] um processo de constituição de um território envolve ialeticamente, um movimento de desre-territorialização já que, ao sair do território de origem o indivíduo ou grupo social vê-se uma situação des-territorializadora para, concomitantemente, re-territorializar-se em um outro território” (1995 e 2004 s/n).

Em outras palavras, são processos indissociáveis que ocorrem em escalas distintas e podem ser entendidos como um movimento multiterritorializador, ao possibilitar uma gama maior de acesso ou conexão com territórios/territorialidades (por isso, seu caráter múltiplo) mediante não só a mobilidade concreta (no sentido de deslocamento), mas, sobretudo, no sentido de acionar diferentes territorialidades, mesmo sem o deslocamento físico, permitindo ao indivíduo ou grupo uma forma singular de “experimentação/reconstrução” do território.

AUTOR

James Lunardi - Graduado em Geografia / Universidade Regional Integrada - Uri, Campus de Erechim. Email: james.lunardi@hotmail.com

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Território e corporação**: um exemplo. In: SANTOS, M; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. s/d. [ed. original: 1972] **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Série Os Pensadores. Seleção de textos de José Arthur Gianotti. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura et al. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- GREGORY, V. **O eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **“Gaúchos no Nordeste” Modernidade, Des-territorialização e Identidade.** Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. USP, 1995.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOPES, S. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000.** Campinas/SP, 2005. Tese de Doutorado.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O Tempo, o Espaço e o Território.** In: SOUZA, Álvaro José de *et al.* **Paisagem Território e Região: em busca da identidade.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2000, p. 103-114.

TUAN, Y-fi. **Topofilia.** Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VIEIRA, P.A.S. **Ordem e Progresso: Colonização e Desenvolvimento em Mato Grosso, o caso de Sinop.** Universidade Federal de Uberlândia – MG. Dissertação de Mestrado, 2003.